

ATA SIMPLIFICADA
3ª REUNIÃO - GRUPO 4 - RESIDÊNCIA JURÍDICA
COMITÊ GESTOR DE ORÇAMENTO E DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU
(CGOP1G)

Assunto: 3ª Reunião do Grupo 4, Residência Jurídica, do Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau (CGOP1G)

Data: 09/01/2025 – quinta-feira

Horário: 10h às 10h49min

Local: Via Teams

Participantes:

- Ana Carolina Miranda De Oliveira, Juíza de Direito Titular II, Coordenadora do Comitê.
- Elisa Leonesi Maluf, Juíza de Direito Auxiliar.
- Henrique Dada Paiva, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência.
- Hudson Carvalho de Camargo, Diretor SGP 4.
- Rodrigo Teixeira, Diretor Deplan.
- Fabiana Araujo Moreira, Escrevente Técnico Judiciário Deplan.
- Maria Teresa Josephina de Bonna Diniz, Escrevente Técnico Judiciário Deplan.

Tema Principal Discutido:

Discussão sobre a minuta da resolução para o programa de Residência Jurídica no TJSP.

Principais Assuntos conversados:

- Detalhes sobre a remuneração e quantidade de cargos para o programa de Residência Jurídica.
- Discussão sobre a inclusão de considerandos na resolução, especialmente em relação à implementação do sistema Eproc.

- Manifestação de interesse dos magistrados em participar do programa e a quantidade de residentes jurídicos.
- Proposta de permuta de residentes entre unidades judiciais.
- Processo seletivo público para admissão no programa de residência jurídica, conforme a resolução do CNJ.
- Participação dos residentes em atividades acadêmicas e cursos oferecidos pela EJUS e EPM.
- Benefícios adicionais para os residentes, como a possibilidade de cursar pós-graduação gratuitamente.
- Emissão de certificados de participação no programa de residência jurídica e sua validade como título.
- Discussão sobre a necessidade de regulamentação interna para diversos aspectos do programa.

Resumo detalhado da reunião:

A reunião iniciou com a Dra. Ana Carolina Miranda de Oliveira parabenizando a proposta da minuta encaminhada pelo Sr. Hudson Carvalho de Camargo. Em seguida, discutiu detalhes sobre a remuneração e quantidade de cargos para o programa de Residência Jurídica. Sr. Hudson Carvalho de Camargo compartilhou a minuta da resolução e mencionou a necessidade de incluir considerandos sobre a implementação do sistema Eproc.

Dra. Elisa Leonesi Maluf sugeriu a inclusão de metas de produtividade e discutiu a questão da manifestação de interesse dos magistrados em participar do programa. Sr. Hudson Carvalho de Camargo destacou a importância da manifestação pois seriam em relação à conversão das vagas de estagiário.

Dra. Elisa Leonesi Maluf indagou sobre as vagas serem por ordem de classificação e questionou caso algum magistrado não se adaptasse ao residente. Sr. Hudson Carvalho de Camargo explicou que o processo seletivo público para admissão no programa deve seguir a resolução do CNJ, incluindo provas objetivas e discursivas de caráter classificatório e eliminatório. Sr. Rodrigo Teixeira propôs a possibilidade de permuta de residentes entre unidades judiciais para resolver problemas de alocação.

Dra. Ana Carolina Miranda de Oliveira indagou sobre as vagas serem do interior e/ou da capital. Sr. Hudson Carvalho de Camargo informou que a distribuição ficaria a cargo do Tribunal e que, hoje, é por CJ.

A discussão também abordou a participação dos residentes em atividades acadêmicas e cursos oferecidos pela EJUS e EPM, com a possibilidade de cursar pós-graduação, parcial ou gratuitamente. Dra. Elisa Leonesi Maluf destacou a importância de oferecer benefícios adicionais para atrair mais candidatos.

Dr. Henrique Dada Paiva sugeriu a emissão de certificados de participação no programa de residência jurídica e discutiu a validade desses certificados como título, conforme orientação do CNJ. A necessidade de regulamentação interna para diversos aspectos do programa foi destacada por Sr. Hudson Carvalho de Camargo.

Dr. Henrique Dada Paiva abordou a questão de o cargo não possuir contribuição previdenciária e não contar como tempo de serviço. Ressaltou, também, a importância de envolver os juízes responsáveis pela SGP.

Registro de Decisões:

- Incluir considerandos sobre a implementação do sistema e Eproc na resolução.
- Permitir a permuta de residentes entre unidades judiciais.
- Seguir a resolução do CNJ para o processo seletivo público.
- Oferecer cursos gratuitos/bolsa parcial de pós-graduação para residentes.
- Emitir certificados de participação no programa de residência jurídica.

Compromissos Firmados:

- Sr. Hudson Carvalho de Camargo ajustará o texto da minuta da resolução e enviará aos participantes até 10 de janeiro de 2025.
- A minuta será colocada no grupo para análise e sugestões dos demais membros.